



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA**  
**DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO**  
**DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE**  
**DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**COOPSESP**



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**TÍTULO I**  
**DA NATUREZA JURÍDICA**

**CAPÍTULO I**  
**DA NATUREZA JURÍDICA, DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO**  
**PRAZO DE DURAÇÃO, DA ÁREA DE AÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL**

**Art. 1º** A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais Ltda - COOPSESP, constituída em 06 de dezembro de 2002, neste Estatuto Social designada simplesmente de *Cooperativa*, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. É regida pela legislação vigente, pelos atos normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional pelo Banco Central do Brasil, por este Estatuto Social, pelas normas e diretrizes de atuação sistêmicas estabelecidas pelo Sicoob Confederação, pelas normas internas próprias e pela regulamentação da cooperativa central a que estiver associada, tendo:

- I. sede na Rua Uberaba, 315, loja 09, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte, CEP: 30180-080 e administração na cidade de Belo Horizonte/MG;
- II. foro jurídico na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais;
- III. área de ação limitada ao Estado de Minas Gerais, e
- IV. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.

**Parágrafo único.** A área de ação deve ser homologada pela Cooperativa Central, sem prejuízo da apreciação definitiva pela autoridade competente.

**CAPÍTULO II**  
**DO OBJETO SOCIAL**

**Art. 2º** A *Cooperativa* tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:

- I. o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- II. prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos; e
- III. a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

§ 1º No desenvolvimento do objeto social, a *Cooperativa* deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos associados, tendo como base os princípios cooperativistas.

§ 2º Em todos os aspectos das atividades executadas na *Cooperativa* devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da indiscriminação religiosa, racial e social.

**TÍTULO II**  
**DOS ASSOCIADOS**

**CAPÍTULO I**  
**DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO**

**Art. 3º** Podem associar-se à *Cooperativa* todas as pessoas que concordem com o presente Estatuto Social, preencham as condições nele estabelecidas e exerçam, na área de ação da *Cooperativa*, atividades pertencentes ao agrupamento dos Servidores e do Sistema Operacional da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, inciso III, do Art. 1º deste Estatuto, conforme Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), divulgada pelo Ministério do Trabalho.

**Parágrafo único.** Podem também se associar à *Cooperativa*:

- I. empregados da própria *Cooperativa* e pessoas físicas que a ela prestem serviço em caráter não eventual, equiparadas aos primeiros para os correspondentes efeitos legais;
- II. empregados e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à *Cooperativa* e às entidades de cujo capital a *Cooperativa* participe;
- III. aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação;
- IV. pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho e dependente legal;
- V. pensionistas de associados vivos ou de falecidos que preenchiam as condições estatutárias de associação.

**Art. 4º** Não podem ingressar na *Cooperativa*:

- I. as instituições financeiras e as pessoas que exerçam atividades que contrariem os objetivos da *Cooperativa* ou que com eles colidam;
- II. as pessoas jurídicas que exerçam concorrência com a própria sociedade cooperativa.

**Art. 5º** O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**Art. 6º** Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas partes na forma prevista neste Estatuto e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.

**§ 1º** O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.

**§ 2º** O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto.

## **CAPÍTULO II** **DOS DIREITOS**

**Art. 7º** São direitos dos associados:

- I. tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais ou estatutárias;
- II. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas às disposições legais ou regulamentares pertinentes;
- III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela *Cooperativa*, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;
- V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvando os protegidos por sigilo;
- VI. tomar conhecimento dos normativos internos da *Cooperativa*;
- VII. demitir-se da *Cooperativa* quando lhe convier.

**§ 1º** O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a *Cooperativa* perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

**§ 2º** Também não pode votar e ser votado o associado pessoa física que preste serviço em caráter não eventual à *Cooperativa*, que é equiparado a empregado da *Cooperativa* para os devidos efeitos legais.

**§ 3º** O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 01 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas partes.

## **CAPÍTULO III** **DOS DEVERES**

**Art. 8º** São deveres dos associados:

- I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a *Cooperativa*;



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como os instrumentos de regulação e as instruções emanadas da cooperativa central a que estiver filiada e do Sicoob Confederação.
- III. zelar pelos interesses morais e materiais da *Cooperativa*;
- IV. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;
- V. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;
- VI. movimentar seus depósitos à vista e a prazo, preferencialmente, na *Cooperativa*;
- VII. manter as informações do cadastro na *Cooperativa* constantemente atualizadas;
- VIII. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na *Cooperativa*, para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da *Cooperativa*, das instituições financeiras participantes e do Banco Central do Brasil;
- IX. comunicar ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Diretoria Executiva, por escrito e mediante protocolo, se dispuser de indícios consistentes, a ocorrência de quaisquer irregularidades, sendo vedados o anonimato e a divulgação interna ou externa, por qualquer meio, de fatos ainda não apurados, e ainda a divulgação fora do meio social de fatos já apurados ou em apuração.

**CAPÍTULO IV**  
**DA DEMISSÃO, DA ELIMINAÇÃO E DA EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS**

**SEÇÃO I**  
**DA DEMISSÃO**

**Art. 9º** A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada conforme previsto nesta seção.

**Parágrafo único.** Deve ser apresentada, pelo demissionário, carta de demissão no modelo padrão da *Cooperativa*, devendo na ocasião ser assinado o encerramento da conta corrente de depósitos, ser efetuado o resgate de eventuais saldos existentes em conta de depósitos à vista ou a prazo, bem como a regularização de qualquer pendência apresentada.

**SEÇÃO II**  
**DA ELIMINAÇÃO**

**Art. 10** A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**Art. 11** Além das infrações legais ou estatutárias, o associado será eliminado quando:

- I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à *Cooperativa*;
- II. praticar atos que, a critério da *Cooperativa*, a desabone, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistema de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos constantes e relevantes em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na *Cooperativa*;
- III. deixar de cumprir com os deveres expostos neste Estatuto;
- IV. infringir os dispositivos legais ou deste Estatuto Social, em especial, o previsto no art. 8º, salvo o inciso VI daquele artigo;
- V. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a *Cooperativa*, nos casos em que ela firmar contratos com empresas prestadoras de serviços e/ou contratos de parcerias, onerosos ou não, como patrocinadora ou não, em favor dos associados;
- VI. estiver divulgando entre os demais associados e perante a comunidade a prática de irregularidades na *Cooperativa* e, quando notificado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou pela Diretoria Executiva para prestar informações, não apresenta-las no prazo definido na notificação.

**Art. 12** A eliminação do associado será decidida em reunião do Conselho de Administração e o que a ocasionou deverá constar de termo próprio e assinado pelo Presidente.

**§ 1º** O associado será notificado por meio de cópia autenticada do Termo de Eliminação remetida, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que aprovou a eliminação.

**§ 2º** Será observado a favor do associado eliminado o direito à ampla defesa, podendo interpor recurso com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.

**SEÇÃO III**  
**DA EXCLUSÃO**

**Art. 13** A exclusão do associado será feita por:

- I. dissolução da pessoa jurídica;
- II. morte de pessoa física;
- III. incapacidade civil não suprida;
- IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso na *Cooperativa*.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**Parágrafo único.** A exclusão com fundamento nas disposições dos incisos I, II e III será automática e a do inciso IV, por decisão do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.

**CAPÍTULO V**  
**DAS RESPONSABILIDADES, DA COMPENSAÇÃO E DA READMISSÃO**

**Art. 14** A responsabilidade do associado por compromissos da *Cooperativa* perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas partes e, em caso de desligamento do quadro social, perdura até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.

**Parágrafo único.** As obrigações contraídas por associados falecidos com a *Cooperativa*, e oriundas de suas responsabilidades como associados perante terceiros passam aos herdeiros, prescrevendo após 01 (um) ano contado do dia de abertura da sucessão.

**Art. 15** Nos casos de desligamento de associado, a *Cooperativa* poderá, a seu único e exclusivo critério, promover a compensação prevista no artigo 368 da Lei 10.406/02, entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações, e seu crédito oriundo das respectivas quotas partes.

**Parágrafo único.** Caso o valor das quotas partes seja inferior ao total do débito do associado e haja a compensação citada no *caput* deste artigo, o desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a *Cooperativa* tomar todas as providências cabíveis.

**Art. 16** O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da *cooperativa* após 01 (um) ano contado do pagamento, pela *Cooperativa*, da última parcela das quotas partes restituídas.

**Parágrafo único.** A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no *caput* caso ainda não tenha sido restituída qualquer parcela de seu capital.

**Art. 17** O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 13, somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da *Cooperativa* após 01 (um) ano, contado a partir do pagamento, pela *Cooperativa*, da última parcela das quotas partes restituídas.

**Art. 18** Para o associado que se demitiu, que foi eliminado ou que foi excluído ter direito à readmissão de que trata este capítulo, serão observadas as condições de admissão de associados.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**TÍTULO III**  
**DO CAPITAL SOCIAL**

**CAPÍTULO I**  
**DA FORMAÇÃO DO CAPITAL**

**Art. 19** O capital social da *Cooperativa* é dividido em quotas partes de R\$1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da *Cooperativa* não poderá ser inferior a 500.000,00 (quinhentos mil reais).

**Art. 20** No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, no mínimo, 50 (cinquenta) quotas partes, sendo 50% (cinquenta por cento) no ato e o restante em até 60 (sessenta) dias.

**§ 1º** Para aumento contínuo de capital social, todos os associados subscreverão e integralizarão, mensalmente, no mínimo, o correspondente a 1% (um por cento) do vencimento fixo e nunca inferior a 20 (vinte) quotas partes mensais.

**§ 2º** Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas partes do capital social da *Cooperativa*.

**§ 3º** As quotas partes integralizadas responderão como garantia das obrigações (operações de crédito) que o associado assumir com a *Cooperativa*, nos termos do art. 15.

**§ 4º** A quota parte não poderá ser oferecida em garantia de operações com terceiros.

**§ 5º** A subscrição e a integralização inicial será averbada no Livro ou Ficha de Matrícula, mediante termo que conterá as assinaturas do associado e do diretor responsável pela averbação.

**CAPÍTULO II**  
**DA QUOTA PARTE MIRIM**

**Art. 21** O filho ou dependente legal com idade entre 01 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta corrente à *Cooperativa* desde que representados ou assistidos pelos pais ou representante legal, devendo subscrever no mínimo 20 (vinte) quotas partes de R\$1,00 (um real) cada, não sendo obrigatório à integralização mensal.

**Parágrafo único.** Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.





**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**CAPÍTULO III**  
**DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL**

**Art. 22** Conforme deliberação do Conselho de Administração, o capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

**CAPÍTULO IV**  
**DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS PARTES**

**SEÇÃO I**  
**DA TRANSFERÊNCIA**

**Art. 23** As quotas partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da *Cooperativa*, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociada e nem dada em garantia.

**Parágrafo único.** A transferência de quota parte entre associados será averbada no Livro ou Ficha de Matrícula, mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor responsável pela averbação.

**SEÇÃO II**  
**DO RESGATE ORDINÁRIO**

**Art. 24** Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou reduzido das respectivas perdas, observado, em cada caso, além de outras disposições deste Estatuto, o seguinte:

- I. a devolução das quotas partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;
- II. em casos de demissão e exclusão, salvo nos de morte, o valor a ser devolvido pela *Cooperativa* ao associado será dividido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas;
- III. em casos de eliminação, o valor a ser devolvido pela *Cooperativa* ao associado será dividido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas;
- IV. os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas partes do capital e demais créditos existentes em nome do *de cujus*, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas;
- V. os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**SEÇÃO III**  
**DO RESGATE EVENTUAL**

**Art. 25** O resgate de quotas partes integralizadas depende, inclusive, da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente, sendo o resgate parcial solicitado pelo associado, condicionado, ainda, à autorização específica do Conselho de Administração, que observará critérios de conveniência e oportunidade e demais condições normativas.

**TÍTULO IV**  
**DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO I**  
**DO BALANÇO E DO RESULTADO**

**Art. 26** O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.

**Art. 27** As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

- I. pelo rateio entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a *Cooperativa* segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;
- II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;
- III. pela manutenção na conta “sobras/perdas acumuladas”, ou
- IV. pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I deste artigo.

**Art. 28** As perdas verificadas no decorrer do exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, no caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:

- I. mediante compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes, desde que a *Cooperativa*:
  - a) mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;
  - b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, evitando que os novos associados suportem perdas de exercício em que não eram inscritos na sociedade;
  - c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Sicoob Confederação e pela cooperativa central a que estiver associada, se existentes.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- II. mediante rateio entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou mantidas na *Cooperativa*, excetuando-se o valor das quotas partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral.

**CAPÍTULO II**  
**DOS FUNDOS**

**Art. 29** Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:

- I. 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da *Cooperativa*;
- II. 10% (dez por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da *Cooperativa*.

§ 1º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates) poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas ou privadas.

§ 2º Os resultados das operações com não associados, rendas não operacionais, auxílios ou doações sem destinação específica serão levados à conta do fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates) e contabilizados separadamente, de forma a permitir cálculo para incidência de tributos.

**Art. 30** Os fundos obrigatórios constituídos são indivisíveis entre os associados, mesmo nos casos de dissolução ou de liquidação da *Cooperativa*, hipótese em que serão recolhidos à União ou terão outra destinação, conforme previsão legal.

**Art. 31** Além dos fundos previstos no art. 29, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos de provisões, constituídos com recursos destinados a fins específicos, de caráter temporário, fixando o modo de formação, de aplicação e de liquidação e de futura devolução aos associados que contribuíram para sua formação.

**TÍTULO V**  
**DAS OPERAÇÕES**

**Art. 32** A *Cooperativa* poderá realizar operações e prestar serviços permitidos pela regulamentação em vigor.

§ 1º As operações de captação de recursos oriundos de depósitos à vista e a prazo, e de concessão de créditos serão praticadas, exclusivamente, com os associados.

§ 2º As operações de depósitos à vista e a prazo, e de concessão de créditos obedecerão à regulamentação específica e à normatização instituída pelo Conselho de Administração, o qual fixará prazos, juros, remunerações, formas de



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

pagamento e as demais condições necessárias ao bom atendimento das necessidades do quadro social.

**§ 3º** A concessão de crédito e a prestação de garantias a membros de órgãos estatutários e a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, observará critérios idênticos aos utilizados para os demais associados, podendo a Assembleia Geral fixar critérios mais rigorosos.

**Art. 33** A sociedade somente pode participar do capital de:

- I. cooperativas centrais de crédito;
- II. instituições financeiras controladas por cooperativas de crédito;
- III. cooperativas, ou empresas controladas por cooperativas centrais de crédito, que atuem exclusivamente na prestação de serviços e no fornecimento de bens a instituições do setor cooperativo, desde que necessários ao seu funcionamento ou complementares aos serviços e produtos oferecidos aos associados;
- IV. entidades de representação institucional, de cooperação técnica ou de fins educacionais.

**TÍTULO VI**  
**DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**  
**DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

**Art. 34** A estrutura de governança corporativa da *Cooperativa* é composta pelos seguintes órgãos sociais:

- I. Assembleia Geral
- II. Conselho de Administração
- III. Diretoria Executiva e
- IV. Conselho Fiscal

**CAPÍTULO II**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL**

**SEÇÃO I**  
**DA DEFINIÇÃO**

**Art. 35** A Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da *Cooperativa*, tendo poderes, nos limites da lei e deste Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**Parágrafo único.** As decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

**SEÇÃO II**  
**DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO**

**Art. 36** A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.

**§ 1º** A Assembleia Geral poderá, também ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.

**§ 2º** A cooperativa central a que estiver associada, no exercício da supervisão local, poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da *Cooperativa*.

**SEÇÃO III**  
**DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO**

**Art. 37** Em quaisquer das hipóteses referidas no artigo anterior, a Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma tríplice e cumulativa, da seguinte forma:

- I. afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;
- II. publicação em jornal de circulação regular; e
- III. comunicação aos associados por intermédio de circulares.

**§ 1º** Não havendo, no horário estabelecido, *quorum* de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

**§ 2º** Quando houver eleição do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

**SEÇÃO IV**  
**DO EDITAL**

**Art. 38** Do edital de convocação da Assembleia Geral deve conter o que segue, sem prejuízo das orientações descritas em regulamento próprio:

- I. a denominação da *Cooperativa*, seguida da expressão 'Convocação da Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária', conforme o caso;



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- II. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- III. a sequência numérica das convocações e *quorum* de instalação;
- IV. a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso da reforma do estatuto, a indicação precisa da matéria.
- V. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme art. 36.

**Parágrafo único.** No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 04 (quatro) dos signatários do documento que a solicitou.

**SEÇÃO V**  
**DO QUORUM DE INSTALAÇÃO**

**Art. 39** O *quorum* mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças da assembleia, é o seguinte:

- I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;
- II. metade mais 01 (um) do número de associados, em segunda convocação;
- III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.

**§ 1º** Cada associado presente, pessoa física e jurídica, terá direito somente a um voto, qualquer que seja o número de suas quotas partes.

**§ 2º** para efeito de verificação do *quorum* de que trata este artigo, o número de associados presentes em cada convocação apurar-se-á pelas assinaturas dos associados, firmadas no Livro de Presenças.

**SEÇÃO VI**  
**DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 40** Os trabalhos da Assembleia Geral serão habitualmente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.

**§ 1º** Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral um dos seus membros.

**§ 2º** Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariados por outro convidado pelo primeiro.

**§ 3º** Quando a Assembleia Geral for convocada pela cooperativa central a qual a *Cooperativa* estiver associada, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da cooperativa central e secretariados por convidado pelo primeiro.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá indicar empregado ou associado da *Cooperativa* para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

**SUBSEÇÃO I**  
**DA REPRESENTAÇÃO**

**Art. 41** Cada associado será representado na Assembleia Geral da *Cooperativa*:

- I. pela própria pessoa física associada com direito a votar;
- II. pelo representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.

§ 1º Para ter acesso ao local de realização das assembleias, o representante da pessoa jurídica associada e o inventariante deverão apresentar a credencial e assinar o Livro de Presença.

§ 2º Não é permitido o voto por procuração.

**Art. 42** Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenha interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

**SUBSEÇÃO II**  
**DO VOTO**

**Art. 43** Em regra a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto, atendendo inclusive a regulamentação própria.

**Art. 44** As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária enumerados no art. 53 quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

**SUBSEÇÃO III**  
**DA ATA**

**Art. 45** Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, por, no mínimo, 03 (três) associados presentes, que não sejam membros dos órgãos estatutários ou empregado da *Cooperativa* e, ainda, por quantos mais o quiserem.

**Parágrafo único.** Devem, também, constar da ata da Assembleia Geral:



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- I. para os membros eleitos, nomes completos, números de CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, carteira de identidade, data de nascimento, endereço completo (inclusive CEP), órgãos estatutários, cargos e prazos de mandato;
- II. referência ao estatuto social reformado que será anexado à ata;
- III. a declaração pelo secretário de que a ata foi lavrada em folhas soltas que irá compor livro próprio, quando for o caso, ou que ela é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio.

**SUBSEÇÃO IV**  
**DA SESSÃO PERMANENTE**

**Art. 46** A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:

- I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- II. conste da respectiva ata o *quorum* de instalação, verificado na abertura quanto no reinício; e
- III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

**Parágrafo único.** Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.

**SEÇÃO VII**  
**DAS DELIBERAÇÕES**

**Art. 47** As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes no edital de convocação.

**Art. 48** É de competência da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária deliberar sobre:

- I. alienação ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da sociedade;
- II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;
- III. aprovação da política de governança corporativa e do regulamento eleitoral;
- IV. fixação de procedimentos específicos de concessão de créditos e prestação de garantias a membros de órgão estatutário e a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros;
- V. julgar recurso do associado que não concordar com o Termo de Eliminação;
- VI. ratificação do compartilhamento e a utilização de componente organizacional de ouvidoria único, cabendo delegação à Diretoria Executiva;





**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**VII.** deliberar sobre a associação e demissão da *Cooperativa à Central*.

**Parágrafo único.** Ocorrendo destituição de que trata inciso II que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da *Cooperativa*, poderá a Assembleia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Art. 49** Prescreve em 04 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do Estatuto Social, contado o prazo de data em que a Assembleia foi realizada.

**CAPÍTULO III**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**Art. 50** A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 04 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

- I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
  - a) relatório da gestão;
  - b) balanços elaborados no primeiro e no segundo semestres do exercício social anterior;
  - c) relatório da auditoria externa;
  - d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade.
- II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas, com a possibilidade de compensar, por meio de sobras dos exercícios seguintes o saldo remanescente das perdas verificadas no exercício findo;
- III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas partes integralizadas.
- IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da *Cooperativa*.
- V. fixação, quando prevista, do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal;
- VI. fixação, quando previsto, do valor global para pagamento dos honorários e das gratificações dos membros da Diretoria Executiva.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**VII.** Quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 53.

**Parágrafo único.** A aprovação do relatório, do balanço e das contas dos órgãos de administração não desonera de responsabilidade os administradores e os conselheiros fiscais.

**Art. 51** A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Art. 52** A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da *Cooperativa*, desde que mencionado em edital de convocação.

**Art. 53** É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I. reforma do estatuto social;
- II. fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. mudança do objeto social;
- IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V. prestação de contas do liquidante.

**§ 1º** São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

**§ 2º** A primeira Assembleia Geral para reforma do estatuto social deverá homologar a alteração do endereço da *Cooperativa*, dentro do mesmo município, mencionado no inciso I do art. 1º.

**CAPÍTULO V**  
**DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 54** São órgãos de administração da *Cooperativa*:

- I. Conselho de Administração
- II. Diretoria Executiva.

**Parágrafo único.** O Conselho de Administração tem, na forma prevista em lei e neste Estatuto, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**SEÇÃO I**  
**DAS CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 55** Constituem condições básicas para o exercício dos cargos de administração da *Cooperativa*, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:

- I. ser associado pessoa física da *Cooperativa*, exceto para os diretores executivos;
- II. ter reputação ilibada;
- III. não estar declarado inabilitado para cargos de administração de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em outras instituições sujeitas à autorização, ao controle e à fiscalização de órgãos e de entidades da administração pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência complementar, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;
- IV. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundo, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- V. não estar declarado falido ou insolvente, nem ter participado da administração ou ter controlado firma ou sociedade concordatária ou insolvente;
- VI. não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil, outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;
- VII. ser residente no País;
- VIII. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

**§ 1º** Não podem compor a mesma Diretoria Executiva ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, bem como cônjuges e companheiros.

**§ 2º** A vedação prevista no inciso VI deste artigo aplica-se, inclusive, aos ocupantes de funções de gerência da *Cooperativa*.

**§ 3º** A vedação de que trata o inciso VI deste artigo não se aplica à participação de conselheiros de cooperativas de crédito no Conselho de Administração ou colegiado equivalente de instituições financeiras e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelas referidas Cooperativas, desde que não assumidos funções executivas nessas controladas.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**§ 4º** Só podem ser eleitos para cargos estatutários pessoas físicas associadas da própria instituição, não sendo admitida, portanto, a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.

**SEÇÃO II**  
**DA INELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS A CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 56** São condições de inelegibilidade de candidatos a cargos dos órgãos de administração, inclusive os executivos eleitos:

- I. pessoas impedidas por lei;
- II. condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- III. condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de suborno, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional.

**Art. 57** Para se candidatarem a cargo político-partidário os membros ocupantes de cargos de administração deverão renunciar ao cargo ocupado na *Cooperativa*.

**SEÇÃO III**  
**DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 58** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos nos cargos mediante termo de posse lavrado no Livro de Atas.

**Parágrafo único.** Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 15 dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

**SEÇÃO IV**  
**DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**SUBSEÇÃO I**  
**DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 59** O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por 05 (cinco), membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice - Presidente, e os demais Conselheiros Vogais, todos associados da Cooperativa.

**Parágrafo único. Eleição indireta:** Na Assembléia Geral em que houver eleição do Conselho de Administração, deverão ser escolhidos, entre os membros eleitos, o Presidente e o Vice - Presidente.

**SUBSEÇÃO II**  
**DO MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**Art. 60** O mandato do Conselho de Administração é de 04 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

**Parágrafo único.** O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

**SUBSEÇÃO III**  
**DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 61** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

- I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas lavradas em livro próprio ou em folhas soltas, lidas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

**Parágrafo único.** O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

**SUBSEÇÃO IV**  
**DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA**  
**DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 62** Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído por outro membro indicado.

**Art. 63** Nos casos de impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou de vacância do cargo de presidente, o Conselho de Administração designará substituto escolhido entre seus membros.

**Art. 64** Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração deverá, nesta ordem, o presidente ou seu substituto, ou os membros restantes, ou o Conselho Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, convocar Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

**Art. 65** Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos antecessores.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**Art. 66** Constituem, entre outros, hipóteses de vacância automática do cargo eletivo:

- I. morte;
- II. renúncia;
- III. destituição;
- IV. não comparecimento, sem a devida justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 06 (seis) alternadas durante o exercício social;
- V. patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria *Cooperativa*, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato; ou
- VI. desligamento do quadro de associados da *Cooperativa*;
- VII. posse em cargo político partidário.

**Parágrafo único.** Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências serão formalizadas e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.

**SUBSEÇÃO V**  
**DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 67** Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:

- I. fixar diretrizes, examinar e aprovar os orçamentos, os planos periódicos de trabalho, acompanhando a execução;
- II. aprovar e supervisionar a execução dos projetos elaborados pelos executivos.
- III. aprovar e divulgar, por meio de resolução, as políticas da *Cooperativa*;
- IV. aderir e acompanhar o cumprimento das políticas, das diretrizes de atuação sistêmica e demais normativos publicados pelo Sicoob Confederação;
- V. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- VI. propor para a Assembleia Geral o Regulamento Eleitoral;
- VII. avaliar mensalmente o estado econômico-financeiro da *Cooperativa* e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, por meio de balancetes e de demonstrativos específicos;
- VIII. deliberar sobre a admissão, a eliminação ou a exclusão de associados, podendo, aplicar, por escrito, advertência prévia;
- IX. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas partes de associados, inclusive se parcial;
- X. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- XI. propor à Assembleia Geral Extraordinária alteração no estatuto social;



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- XII.** deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);
- XIII.** analisar e submeter à Assembleia Geral proposta dos executivos sobre a criação de fundos;
- XIV.** deliberar pela contratação de auditor externo;
- XV.** propor à Assembleia Geral a participação da *Cooperativa* no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos observado o contido no art. 33;
- XVI.** estabelecer normas internas em casos omissos e se for o caso submetê-las à deliberação da Assembleia Geral;
- XVII.** eleger ou reconduzir os membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do Conselho de Administração eleito, para aprovação do Banco Central do Brasil;
- XVIII.** destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria Executiva;
- XIX.** conferir aos membros da Diretoria Executiva atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;
- XX.** fixar, limitados ao valor global, definido pela Assembleia Geral, os honorários e as gratificações dos membros da Diretoria Executiva;
- XXI.** examinar as denúncias de irregularidades praticadas no âmbito da *Cooperativa*, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando as apurações e as providências cabíveis;
- XXII.** deliberar sobre operações de crédito e garantias concedidas aos membros da Diretoria Executiva e a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros;
- XXIII.** acompanhar e adotar providências necessárias para o cumprimento do Planejamento Estratégico;
- XXIV.** acompanhar as medidas adotadas para saneamento dos apontamentos da Auditoria Interna, da Auditoria Externa e da área de Controle Interno;
- XXV.** acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a *Cooperativa* e a cooperativa central a qual estiver associada;
- XXVI.** convocar os membros da Diretoria Executiva para prestar esclarecimentos sobre assuntos de qualquer natureza;
- XXVII.** autorizar, previamente, a Diretoria Executiva a praticar quaisquer atos que ultrapassem os respectivos poderes de gestão;
- XXVIII.** propor a revisão do valor estipulado para subscrição e integralização de quotas de capital, conforme art. 20;



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- XXIX.** examinar e deliberar sobre propostas da Diretoria Executiva relativas a plano de cargos e salários, estrutura organizacional da *Cooperativa* ou normativos internos;
- XXX.** deliberar sobre alienação de bens de não uso próprio recebidos na execução de garantias.

**Art. 68** São atribuições do presidente do Conselho de Administração:

- I.** representar a *Cooperativa*, com direito a voto, nas reuniões e nas assembleias gerais da cooperativa central, do Bancoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;
- II.** convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- III.** facilitar e conduzir os debates dos temas nas reuniões do Conselho de Administração;
- IV.** permitir a participação, sem direito a voto, de membros da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho de Administração;
- V.** tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração, respeitado o regimento próprio;
- VI.** convocar a Assembleia Geral e presidi-la;
- VII.** proporcionar, por meio da transparência na condução das reuniões, ao Conselho de Administração, a obtenção de informações sobre todos os negócios feitos no âmbito da Diretoria Executiva;
- VIII.** proporcionar, aos demais membros do Conselho de Administração, conhecimento prévio dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- IX.** assegurar que todos os membros do Conselho de Administração tenham direito a se manifestar com independência, sobre qualquer matéria colocada em votação;
- X.** decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;
- XI.** permitir, excepcionalmente, a inclusão de assuntos extra pauta, considerando a relevância e a urgência do assunto;
- XII.** salvaguardar e cumprir as demais atribuições apresentadas em normativo próprio;
- XIII.** designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração, respeitado o regimento próprio;
- XIV.** aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de representação por outro membro indicado, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva a representação prevista no inciso I.





**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**Art. 69** São atribuições específicas do Vice - Presidente do Conselho de Administração.

I. acompanhar e elaborar relatório para o Conselho de Administração sobre a execução dos projetos elaborados pelos executivos;

II. acompanhar e elaborar relatório para o Conselho de Administração sobre aderências relativas às políticas das diretrizes de atuação sistêmica e demais normativos publicados pelo Sicoob Confederação;

III. ser o responsável para análise das denúncias de irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e as providências cabíveis;

IV. acompanhar e adotar providências necessárias para o cumprimento do Planejamento Estratégico;

**Art 70.** É atribuição do Vice - Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente e exercer as competências e as atribuições do Presidente, na forma prevista neste Estatuto Social, quando substituí-lo.

**SEÇÃO V**  
**DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**SUBSEÇÃO I**  
**DA SUBORDINAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 71** A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por 02 (dois) diretores, sendo um Diretor Coordenador e Financeiro e um Diretor Administrativo e Comercial.

**§ 1º.** É admitida a acumulação de cargos de Conselheiros de Administração e de Diretor Executivo para, no máximo, um dos membros do Conselho de Administração, sendo vedada a acumulação do cargo de Presidente do Conselho de Administração com cargo de Diretor Coordenador e Financeiro, qualquer tempo.

**§ 2º.** O Conselho de Administração, por maioria simples, poderá destituir os membros da Diretoria Executiva, a qualquer tempo.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**SUBSEÇÃO II**  
**DO MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 72** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, podendo haver, a critério do Conselho de Administração, recondução.

**Parágrafo único.** O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

**SUBSEÇÃO III**  
**DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA**  
**DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 73** Nas ausências ou impedimentos temporários inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Coordenador e Financeiro será substituído, nesta ordem, pelo Diretor Administrativo e Comercial, que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos.

**Art. 74** Ocorrendo a vacância de qualquer cargo de diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência.

**Art. 75** Em qualquer caso, o substituto exercerá o mandato até o final do mandato do antecessor.

**SUBSEÇÃO IV**  
**DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 76** Compete à Diretoria Executiva:

- I. adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- II. elaborar orçamentos e planos periódicos de trabalho para deliberação pelo Conselho de Administração;
- III. prestar contas ao Conselho de Administração quanto às medidas adotadas visando o cumprimento das diretrizes fixadas e quanto à execução de projetos, inclusive prazos fixados;
- IV. zelar e manter informado o Conselho de Administração sobre a gestão de riscos, implantando as medidas exigidas nos normativos aplicáveis;
- V. informar ao Conselho de Administração sobre o estado econômico-financeiro e sobre a ocorrência de fato relevante no âmbito da *Cooperativa*;
- VI. deliberar sobre a contratação de empregados, os quais não poderão ser parentes entre si ou dos membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, até 2º grau, em linha reta ou colateral e fixar atribuições, alçadas e salários;



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- VII. autorizar a contratação de prestadores de serviços de caráter eventual ou não;
- VIII. propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da *Cooperativa*;
- IX. avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas;
- X. aprovar e divulgar, por meio de circular, os regulamentos internos e os manuais operacionais internos da *Cooperativa*;
- XI. zelar para que padrões de ética e de conduta profissional façam parte da cultura organizacional e que sejam observados por todos os empregados;
- XII. zelar pelo cumprimento da legislação e de regulamentação aplicáveis ao cooperativismo de crédito;
- XIII. elaborar proposta de criação de fundos e submeter ao Conselho de Administração;
- XIV. estabelecer o horário de funcionamento da *Cooperativa*;
- XV. adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico;
- XVI. adotar medidas para saneamento dos apontamentos da Central, da Auditoria Interna, da Auditoria Externa e da área de Controle Interno.

**Art. 77** São atribuições do Diretor Coordenador e Financeiro, o principal Diretor Executivo da *Cooperativa*:

- I. representar a *Cooperativa* passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 68, que somente poderá ser exercida se houver delegação específica do presidente do Conselho de Administração;
- II. conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da *Cooperativa*;
- III. coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- IV. representar a Diretoria Executiva nas apresentações e na prestações de contas para o Conselho de Administração;
- V. supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;
- VI. informar, tempestivamente, o Conselho de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes;
- VII. convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;
- VIII. outorgar mandato a empregado da *Cooperativa*, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato;



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- IX.** decidir, em conjunto com o Diretor Administrativo e Comercial, sobre a admissão e a demissão de empregados;
- X.** outorgar, juntamente com outro diretor, mandato *ad judicium* a advogado empregado ou contratado;
- XI.** resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor Administrativo e Comercial, ad referendum do Conselho de Administração;
- XII.** auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos à Assembléia Geral;
- XIII.** executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembléia Geral; e
- XIV.** dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares.

**Art. 78** Compete ao Diretor Administrativo e Comercial:

- I.** assessorar o Diretor Coordenador e Financeiro nos assuntos a ele competentes;
- II.** substituir o Diretor Coordenador e Financeiro;
- III.** dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos e materiais e às atividades fins da *Cooperativa* (operações ativas, passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito, etc.);
- IV.** executar as políticas e diretrizes de recursos humanos, tecnológicos e materiais;
- V.** orientar e acompanhar a execução da contabilidade da *Cooperativa*, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;
- VI.** zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;
- VII.** decidir, em conjunto com o Diretor Coordenador e Financeiro, sobre a admissão e a demissão de empregados;
- VIII.** coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva medidas que julgar convenientes;
- IX.** orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- X.** resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor Coordenador e Financeiro, ad referendum do Conselho de Administração;
- XI.** executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembléia Geral; e
- XII.** conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da *Cooperativa*;



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- XIII.** executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;
- XIV.** acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;
- XV.** elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;
- XVI.** orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- XVII.** resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor Coordenador e Financeiro, ad referendum do Conselho de Administração;
- XVIII.** averbar no Livro ou Ficha de Matrícula a subscrição, realização ou resgate de quota-parte bem como as transferências realizadas entre associados;
- XIX.** executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, de risco, etc).

**SUBSEÇÃO V**  
**DA OUTORGA DE MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 79** O mandato outorgado pelos diretores a empregado da *Cooperativa*:

- I.** não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato *ad judícia*; e
- II.** deverá constar que o empregado da *Cooperativa* sempre assine em conjunto com um diretor.

**Art. 80** Os cheques emitidos pela *Cooperativa*, as ordens de crédito, os endossos, as fianças, os avais, os recibos de depósito cooperativo, os instrumentos de procuração, os contratos com terceiros e demais documentos, constitutivos de responsabilidade ou de obrigação da *Cooperativa*, serão assinados conjuntamente por dois diretores, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

**CAPÍTULO VI**  
**DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO**

**SEÇÃO I**  
**DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 81** A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 03 (três) anos, pela Assembleia Geral, na forma prevista em regimento próprio.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**§ 1º.** Devem ser eleitos pelo menos 01 (um) membro efetivo e 01 (um) membro suplente que não tenham integrado o Conselho Fiscal que está sendo renovado. A eleição, como efetivo, de 01 (um) membro suplente, não é considerada renovação para efeito do dispositivo legal.

**§ 2º.** O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

**SEÇÃO II**  
**DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DE CARGO DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 82** Os membros do Conselho Fiscal, depois de aprovada a eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de posse lavrado no Livro de Atas do Conselho Fiscal ou em folhas soltas e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo único.** Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 15 (quinze) dias contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

**Art. 83** Para exercício de cargo do Conselho Fiscal aplicam-se as condições de elegibilidade dispostas no artigo 55 e não será eleito:

- I. aqueles que forem inelegíveis;
- II. empregado de membros dos órgãos de administração e seus parentes até o 2º grau, em linha reta ou colateral, bem como parentes entre si, até esse grau, em linha reta ou colateral.
- III. membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva da *Cooperativa*.

**SEÇÃO III**  
**DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL**

**Art. 84** Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo eletivo:

- I. morte;
- II. renúncia;
- III. destituição;
- IV. não comparecimento, sem a devida justificativa, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas durante o exercício social;
- V. patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria *Cooperativa*, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- VI. desligamento do quadro de associados da *Cooperativa*; ou
- VII. posse em cargo político partidário.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**Parágrafo único.** Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências serão formalizadas e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.

**Art. 85** No caso de vacância de cargo efetivo do Conselho Fiscal será efetivado membro suplente, obedecida a ordem de matrícula.

**Art. 86** Ocorrendo 04 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembléia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

**SEÇÃO IV**  
**DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 87** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I. as reuniões se realizarão sempre com a presença dos 03 (três) membros efetivos ou dos suplentes previamente convocados;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata lavrada no Livro de Atas do Conselho Fiscal ou em folhas soltas, assinadas pelos presentes.

**§ 1º** As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembléia Geral.

**§ 2º** Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si um coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e um secretário para lavrar as atas.

**§ 3º** Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

**SEÇÃO V**  
**DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 88** Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar a situação dos negócios sociais, das receitas e das despesas, dos pagamentos e dos recebimentos, das operações em geral e de outras questões econômicas, verificando a adequada e regular escrituração;
- II. verificar, mediante exame dos livros, atas e outros registros, se as decisões adotadas estão sendo corretamente implementadas;



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

- III. observar se o Conselho de Administração se reúne regularmente e se existem cargos vagos na composição daquele colegiado, que necessitem preenchimento;
- IV. inteirar-se do cumprimento das obrigações da *Cooperativa* em relação às autoridades monetárias, fiscais, trabalhistas ou administrativas e aos associados e verificar se existem pendências;
- V. examinar os controles existentes relativos a valores e documentos sob custódia da *Cooperativa*;
- VI. avaliar a execução da política de risco de crédito e a regularidade do recebimento de créditos;
- VII. averiguar a atenção dispensada pelos diretores executivos às reclamações dos associados;
- VIII. analisar balancetes mensais e balanços gerais, demonstrativos de sobras e perdas, assim como o relatório de gestão e outros, emitindo parecer sobre esses documentos para a Assembleia Geral;
- IX. inteirar-se dos relatórios de auditoria e verificar se as observações neles contidas foram consideradas pelos órgãos de administração e pelos gerentes;
- X. exigir, dos órgãos de administração ou de quaisquer de seus membros, relatórios específicos, declarações por escrito ou prestação de esclarecimentos, quando necessário;
- XI. aprovar o próprio regimento interno;
- XII. apresentar ao Conselho de Administração, com periodicidade mínima trimestral, relatório contendo conclusões e recomendações decorrentes da atividade fiscalizadora;
- XIII. pronunciar-se sobre a regularidade dos atos praticados pelos órgãos de administração e informar sobre eventuais pendências à Assembleia Geral Ordinária;
- XIV. instaurar inquéritos e comissões de averiguação; e
- XV. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social.

**Parágrafo único.** No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, do Controle Interno, dos diretores ou dos empregados da *Cooperativa*, ou da assistência de técnicos externos, às expensas da sociedade, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

**CAPÍTULO VII**  
**DA RESPONSABILIDADE DOS OCUPANTES DE CARGOS DOS ÓRGÃOS**  
**DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DO PROCESSO ELEITORAL**





**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**CAPÍTULO I**  
**DA RESPONSABILIDADE**

**Art. 89** Os componentes dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

**Art. 90** Os membros efetivos do Conselho Fiscal são solidariamente responsáveis pelos atos e fatos irregulares praticados pelos administradores da *Cooperativa*, desde que, no exercício da fiscalização, revelem-se omissos, displicentes e com ausência de acuidade de pronta advertência ao Conselho de Administração e, na inércia destes, de oportuna e conveniente denúncia à Assembléia Geral.

**Art. 91** Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a cooperativa, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

**CAPÍTULO II**  
**DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 92** O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos eletivos na *Cooperativa* está disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembléia Geral.

**TÍTULO VIII**  
**DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB), DO**  
**SISTEMA LOCAL E DO SICOOB CONFEDERAÇÃO**

**Art. 93** O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é integrado:

- I. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação;
- II. pelas cooperativas centrais associadas ao Sicoob Confederação;
- III. pelas cooperativas singulares associadas às respectivas cooperativas centrais; e
- IV. pelas instituições vinculadas ao Sicoob.

**§ 1º** O Sicoob se caracteriza como conjunto, por via de princípios, de diretrizes, de planos, de programas e de normas deliberados pelos órgãos de administração do Sicoob Confederação, aplicáveis às cooperativas, resguardada a autonomia jurídica dessas entidades, de acordo com a legislação aplicável a cada integrante.

**§ 2º** A Marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e o uso pela *Cooperativa* se dará nas condições previstas no respectivo instrumento particular



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

para licença de uso da Marca Sicoob e nas normas emanadas do Sicoob Confederação.

**Art. 94** A *Cooperativa*, juntamente com o Sicoob Central Cecremge e as demais singulares associadas a essa Central, integram o Sistema Cecremge.

**Art. 95** Para participar do processo de centralização financeira, a *Cooperativa* deverá estruturar-se segundo orientações emanadas do Sicoob Central Cecremge.

**Art. 96** A associação da *Cooperativa* ao Sicoob Central Cecremge implica:

- I. na aceitação e no cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Local, por meio do Estatuto Social da cooperativa central, à qual a *Cooperativa* é associada, de regulamentos, de regimentos, de políticas e de manuais;
- II. o acesso, pela cooperativa central ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, de quaisquer espécies, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;
- III. na assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela cooperativa central ou pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria *Cooperativa*, do Sistema Local e do Sicoob.

**TÍTULO IX**  
**DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO**

**Art. 97** A *Cooperativa* dissolver-se-á voluntariamente, quando assim deliberar a Assembléia Geral, se pelo menos 20 (vinte) associados não se dispuserem a assegurar a continuidade da *Cooperativa*.

**§ 1º** Além da deliberação espontânea da Assembléia Geral, de acordo com os termos deste artigo, acarretará a dissolução da *Cooperativa*:

- I. a alteração de sua forma jurídica;
- II. a redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06 (seis) meses, não forem restabelecidas as condições mínimas de número de associados e de capital social;
- III. o cancelamento da autorização para funcionar;
- IV. a paralisação das atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias corridos.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**§ 2º** Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a dissolução da *Cooperativa* poderá ser promovida judicialmente, a pedido de qualquer associado ou do Banco Central do Brasil, caso a Assembléia Geral não a realize por iniciativa própria.

**Art. 98** Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, será nomeado um liquidante e um Conselho fiscal, composto de 03 (três) membros, para procederem a liquidação da *Cooperativa*.

**§ 1º** A Assembléia Geral, nos limites das atribuições que lhe cabe, poderá, a qualquer tempo, destituir o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, designando os respectivos substitutos.

**§ 2º** Em todos os atos e operações, o liquidante deverá usar a denominação da *Cooperativa* seguida da expressão “Em liquidação”.

**§ 3º** O processo de liquidação somente poderá ser iniciado após aprovação da eleição do liquidante pelo Banco Central do Brasil.

**Art. 99** A dissolução da sociedade importará, também, no cancelamento da autorização para funcionamento e do registro.

**Art. 100** O liquidante terá todos os poderes normais de administração, bem como poderá praticar os atos e as operações necessárias à realização do ativo e pagamento do passivo.

**Parágrafo único.** Não poderá o liquidante, sem autorização da Assembléia Geral, gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

**Art. 101** A liquidação da sociedade obedecerá às normas legais e regulamentares próprias.

**TITULO X**  
**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 102** A alteração relativa à nova composição do Conselho de Administração, em seu Art. 59, do Estatuto, prevalecerá a partir da Assembléia Geral Ordinária de 2019, bem como as alterações relativas às mudanças na Diretoria Executiva, em seu Art. 71, **§ 1º**, deste Estatuto, só prevalecerão a partir da próxima Assembléia Geral Ordinária que se realizará em Abril de 2017.



**COOPSESP**  
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES**  
**DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA**  
**CNPJ: 05.746.715/0001-01**

**TÍTULO XI**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 103** Dependem da prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil, para que surtam efeitos legais, os atos societários deliberados pela *Cooperativa*, referentes à:

- I. eleição de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- II. reforma do estatuto social;
- III. mudança do objeto social;
- IV. fusão, incorporação ou desmembramento;
- V. dissolução voluntária da sociedade, nomeação do liquidante e eleição dos conselheiros fiscais.

**Art. 104** Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

O presente Estatuto Social foi aprovado na Assembléia Geral de Constituição realizada em 06 de dezembro de 2002; foi alterado parcialmente nas Assembléias Gerais Extraordinárias de 03 de outubro de 2003; 06 de agosto de 2008; 13 de fevereiro de 2009 e alterado integralmente na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2010; 12 de dezembro de 2012 e 25 de Abril de 2013 e alterado parcialmente na Assembléia Geral Extraordinária de 14 de outubro de 2014, bem assim alterado parcialmente na Assembléia Geral Extraordinária de 28 de Abril de 2016.

Belo Horizonte, 28 de Abril de 2016.

Reinaldo José de Magalhães  
Presidente do Conselho de Administração

Antônio João dos Reis  
Diretor Administrativo

José Braz Figueiredo Chaves  
Conselheiro de Administração e Secretário da AGE